

**TERMO DE PERMISSÃO DE USO ONEROSO Nº ..../17/SMDP FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE E A EMPRESA ..... PARA A PERMISSÃO DE USO ONEROSO DAS DEPENDÊNCIAS DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL DE CONFORMIDADE COM A CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº003/2017**

O **MUNICÍPIO DO RIO GRANDE**, com sede nesta cidade, sito ao Largo Eng. João Fernandes Moreira, s/n, inscrito no CNPJ sob o nº 88.566.872/0001-62, neste ato representado, conforme declaração de competência, pelo chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos – GCLC, Sr. Ademir Giambastiani Casartelli, inscrito no CPF sob o nº 139.673.040-00, denominado **PERMITENTE** e de outro lado a empresa ....., inscrita no CNPJ sob nº ....., estabelecida no Município de ....., na Rua ..... CEP ....., neste ato representada pela Sr<sup>a</sup> ....., na qualidade de ....., portadora do RG nº ..... doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, de conformidade com o decreto nº 13.335, de 04 de maio de 2015, que regulamenta a organização e o funcionamento das dependências do Mercado Público Municipal. Celebram o presente termo mediante as seguintes cláusulas e condições reciprocamente aceitas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:** É objeto do presente Termo a permissão de uso oneroso da dependência denominada quartos nº ..... localizada no Mercado Público Municipal sito a Rua General Osório S/Nº com área de ..... m² para fins específicos de comercio, destinando-se ao ramo de atividade de .....

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR :** O PERMISSIONÁRIO pagará ao PERMITENTE a importância de R\$ ..... (.....) mensais pela concessão, pagável até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte, diretamente à Secretaria Municipal da Fazenda -SMF.

**Parágrafo Primeiro:** Em caso de atraso na data do pagamento, subsequente ao mês vencido, será cobrada multa de 10%(dez por cento) do valor devido, acrescido de juros legais.

**Parágrafo Segundo:** É de inteira responsabilidade do PERMISSIONÁRIO todos os compromissos de impostos, taxas, despesas ou qualquer outro tipo de desembolso e tarifas decorrentes do estabelecimento comercial, tais como energia elétrica, água, esgoto e etc.

**Parágrafo Terceiro:** Além do valor do presente contrato o PERMISSIONÁRIO pagará a iluminação dos corredores e taxa de água e esgoto, conforme rateio entre todos os demais concessionários do Mercado Público Municipal.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO :** O prazo de vigência do presente contrato será de 05(cinco) anos improrrogáveis, contados a partir da data de assinatura deste termo.

**CLÁUSULA QUARTA – DO IMÓVEL:** Não será permitido alterar as características arquitetônicas da dependência com a retirada de mureta, balcão, esquadrias em madeira, pisos, soleiras, paredes, aberturas, constituindo-se motivo de imediata rescisão deste termo.

**Parágrafo Primeiro:** Toda e qualquer obra que venha a ser executada pelo PERMISSIONÁRIO deverá ser autorizada pela Secretaria de Município de Desenvolvimento Primário – SMDP e obedecer o Manual de Orientação de Restauração do Mercado Público e fiscalizado pelo setor competente pela Secretaria de Município de Coordenação e Planejamento – SMCP.

**Parágrafo Segundo:** Todas as benfeitorias que venha a ser feitas na dependência passarão a fazer parte integrante dos próprios Municipais e consequentemente, tornar-se-ão propriedade da PERMITENTE.

**CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO:** O valor de que trata a cláusula segunda, sofrerá reajuste a cada 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura do presente contrato, aplicando-se o índice de variação do Unidade de Referência do Município – URM

**CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO:** O serviço será fiscalizado pela Secretária de Município do Desenvolvimento Primário - SMDP, a qual indicará um funcionário responsável para tal.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO:** O PERMISSIONÁRIO obriga-se perante a PERMITENTE a:

a) Sujeitar-se à fiscalização do PERMITENTE, que será efetuada por funcionário designado para tal.

- b) Sempre que solicitado por agente representante do PERMITENTE, o PERMISSIONÁRIO deverá apresentar comprovante de pagamento das taxas de água e luz;
- c) O responsável pela dependência deverá manter e conservar todas as benfeitorias que compreendem a área da mesma, ficando vedada toda e qualquer obra e/ou serviço que altere as características das dependências sob sua responsabilidade, inclusive pinturas externas;
- e) Todas as obras que se julgarem necessárias, só serão executadas com autorização do PERMITENTE e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento - SMCP;
- f) As benfeitorias realizadas não terão direito a indenizações no final do contrato, eis que as mesmas passam a integrar o patrimônio do Município;
- g) Todas as despesas de manutenção e conservação da dependência serão de exclusiva responsabilidade do PERMISSIONÁRIO, assim como a provisão de mobiliário e equipamentos necessários ao pleno funcionamento do estabelecimento;
- h) O imóvel deverá ser devolvido em perfeitas condições de uso, no término do prazo contratual, independente de notificação judicial ou extrajudicial;
- i) O PERMISSIONÁRIO obriga-se a implantar um sistema de prevenção de incêndio obedecendo as normas técnicas vigentes;
- j) Obter todas as licenças e franquias necessárias para o funcionamento do estabelecimento;
- l) O pagamento de emolumentos prescritos em Lei e observação de todas as posturas referentes ao serviço;
- m) Manter a sala comercial, em perfeito funcionamento, durante os 12 (doze) meses de cada ano de contrato, sem interrupção, sendo que o seu descumprimento sem qualquer justificativa devidamente comprovada, sujeitará à aplicação de uma multa diária de 0,2 % do valor do contrato pelo lapso de tempo devidamente comprovado.
- n) Na vigência do contrato, ser o único responsável, perante terceiros, excluída a Municipalidade de quaisquer reclamações e indenizações.
- o) Caso o PERMISSIONÁRIO não seja estabelecido no Município, deverá providenciar sua inscrição junto à Secretaria Municipal da Fazenda -SMF.
- p) Devolver o imóvel em perfeitas condições de uso, no prazo improrrogável de 5 (cinco) anos, independentemente de notificação judicial ou extra-judicial.

**CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO:** A falência provocará a rescisão de pleno direito do contrato, como também a declaração judicial de insolvência e abertura do concurso de credores.

**Parágrafo Primeiro:** Outrossim, constituirão motivos para rescisão do contrato o não cumprimento das cláusulas contratuais.

**Parágrafo Segundo:** A rescisão também poderá ocorrer no caso de falta de pagamento, pelo PERMISSIONÁRIO, dos valores mensais, decorridos 60 (sessenta) dias consecutivos da data do

4

vencimento do débito, independente de qualquer notificação, ficando o mesmo suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

**Parágrafo Terceiro:** A alteração da razão social ou do ramo de atividade, durante o período de vigência do presente termo, autorizará a rescisão de pleno direito do contrato.

**Parágrafo Quarto:** Constituí motivo para imediata rescisão a alteração das características arquitetônicas das dependências.

**CLÁUSULA NONA - DO CONTRATO:** Qualquer cessão, subcontratação ou transferência feita, será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das combinações legais e contratuais cabíveis.

**Parágrafo Primeiro:** É assegurado o direito de sucessão a herdeiros legítimos, em caso de falecimento do outorgado, obedecendo a prazo original da outorga, nos termos dos artigos 1.829 e seguintes do Título II Livro V da Parte Especial do Código Civil.

**Parágrafo Segundo:** A transferência de que trata o parágrafo anterior não exime a responsabilidade de débito e obrigações referentes a permissão de uso.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES:** Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, a saber:

- a) Advertência
- b) Multa administrativa equivalente até 10% (dez por cento) do valor do contrato a ser calculada conforme a gravidade da infração;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** O PERMISSSIONÁRIO declara expressamente que aceita todas as condições deste termo, sem restrições de qualquer natureza e de que executará os serviços de acordo com as normas e especificações vigentes neste Município bem como conhece o teor do decreto nº 13.335, de 04 de maio de 2015, que regulamenta a organização e o funcionamento das dependências do Mercado Público Municipal.



Estado do Rio Grande do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS



5

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DOS CASOS OMISSOS:** Onde este Edital for omissos prevalecerão os termos da Lei Federal Nº 8.666/93 e demais legislação em vigor.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DO FORO:** As partes contratantes elegem o FORO da Comarca do Rio Grande para dirimir quaisquer dúvidas que possam advir no cumprimento deste Contrato ou após a sua vigência.

E, por estarem de acordo com os termos do presente, após lido, vai assinado pelas partes interessadas, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, .... de ..... de 2017

---

Permitente

**José Leomar Soares**  
Secretário de Município de Desenvolvimento Primário

**Ademir Giambastiani Casartelli**  
Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

**CC.: SMF/SMDP/GCLC/CSCI/CONTRATADA.**

## FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Em virtude da complexidade da prestação do serviço e por estar previsto no art. 67 da Lei 8.666/93, que versa sobre a necessidade de acompanhamento e fiscalização de todo o contrato administrativo por representante especialmente designado para tanto. A Secretaria responsável, nomeia                    como                    Fiscais                    do                    Contrato                    o(a)                    Senhor(a).

\_\_\_\_\_ e

o(a) senhor(a)\_\_\_\_\_.

ciente:

\_\_\_\_\_  
Fiscal do contrato

\_\_\_\_\_  
Fiscal do contrato



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS**



7

**José Leomar Soares**  
Secretário de Município de Desenvolvimento Primário

Rio Grande, ... de .... de 2016.